
Artigo de Revisão de Literatura

Trabalho sexual de mulheres cisgênero: desafios e vivências

Ayza Luzia Vieira Lins¹, Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo², Tatiana de Lucena Torres³

¹ <https://orcid.org/0009-0002-6120-0025/> Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0002-5062-1548/> Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

³ <https://orcid.org/0000-0001-6274-1929/> Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar como o trabalho sexual de mulheres cisgênero vem sendo abordado em produções acadêmicas nos últimos cinco anos. Trata-se de uma revisão de literatura conduzida por meio de metanálise qualitativa, articulada a procedimentos cientométricos e ao uso do software Iramuteq, com aplicação da Classificação Hierárquica Descendente. Para a composição do corpus, foram adotados critérios pré-definidos de seleção das publicações, o que resultou em uma amostra final de 43 estudos. A interpretação dos resultados foi conduzida à luz da Psicossociologia do Trabalho, articulada à perspectiva interseccional de gênero, classe e raça. A análise do material revelou cinco classes principais de palavras, que, em termos gerais, evidenciam o esforço da comunidade científica em contribuir para a desestigmatização do trabalho sexual, valorizando as experiências e narrativas das próprias trabalhadoras. Embora ainda marcado por estigmas sociais e pela ausência de regulamentação legal, o grupo desenvolve estratégias de resistência e formas de organização coletiva, assumindo protagonismo na produção de saberes e na mobilização em defesa de direitos e do reconhecimento da atividade. Ressalta-se, por fim, a necessidade de ampliar investigações que incorporem suas vozes e perspectivas, fortalecendo os debates acadêmicos e políticos sobre direitos, cidadania e dignidade.

Palavras-chave: Trabalho sexual, Prostituição, Psicossociologia do trabalho, Iramuteq

Sex Work of Cisgender Women: Challenges and Experiences.

Abstract

This study aims to analyze how the sex work of cisgender women has been addressed in academic productions over the past five years. It consists of a literature review conducted through qualitative meta-analysis, combined with scientometric procedures and the use of the

Submissão: 26/09/2024

Aceite: 03/10/2025

Editora Responsável: Liliam Deisy Ghizoni

Editora de Leiaute: Gracilene Paiva Araujo

Editora Administrativa: Roberto Aurélio Merlo Filho

Como citar este artigo: Lins, A., Máximo, T. & Torres, T. (2025). Trabalho sexual de mulheres cisgênero: desafios e vivências. *Trabalho (En)Cena*. 10 (contínuo), e0250024. 01-25. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e025024>

Iramuteq software, applying Descending Hierarchical Classification. For the construction of the corpus, predefined criteria for the selection of publications were adopted, resulting in a final sample of 43 studies. The interpretation of the findings was guided by the Psychosociology of Work, articulated with an intersectional perspective on gender, class, and race. The analysis of the material revealed five main word classes, which, in general terms, highlight the scientific community's effort to contribute to the destigmatization of sex work by valuing the experiences and narratives of the workers themselves. Despite remaining marked by social stigma and the absence of legal regulation, this group develops strategies of resistance and forms of collective organization, taking a leading role in the production of knowledge and in mobilization for rights and recognition of the activity. Finally, the study underscores the need to expand research that incorporates their voices and perspectives, thereby strengthening academic and political debates on rights, citizenship, and dignity.

Keywords: Sex work, Prostitution, Psychosociology of work, Iramuteq

Este artigo tem como objetivo analisar como o trabalho sexual de mulheres cisgênero vem sendo abordado em produções acadêmicas nos últimos cinco anos. Considera-se trabalho sexual a prestação consensual de serviços sexuais em troca de remuneração ou outras formas de compensação material (Prada, 2018). O uso desse termo carrega um significado político relevante ao reconhecer essa prática como uma forma legítima de ocupação. Além disso, possibilita a inclusão de outras formas de trabalho, além da prostituição, que muitas vezes é vista como a única forma de trabalho sexual. Embora esse trabalho figure como uma das ocupações mais antigas do mundo, muitas pessoas que o exercem enfrentam processos de precarização que se refletem em condições sociais vulneráveis e fragilidade existencial, sobretudo no que se refere ao gênero feminino.

No Brasil, o trabalho sexual ainda não possui regulamentação legal, embora a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) reconheça a atividade por meio do código n.º 5198-05, identificando-a como ocupação de profissional do sexo. No âmbito dessa prática, existem diferentes modalidades, incluindo atriz ou ator pornô (em que os indivíduos desempenham papéis encenados, com ou sem a presença de diretor, sendo posteriormente filmados e editados) e camgirl, caracterizada por interações virtuais síncronas com clientes (Prada, 2018).

A globalização intensificou os processos de precarização social e laboral em países como o Brasil. Em consequência da divisão sexual do trabalho, as mulheres têm historicamente sido direcionadas a ocupações vulneráveis e precárias, refletindo desigualdades estruturais no mercado de trabalho (Hirata, 2011). A interseccionalidade considera que outros marcadores sociais, como raça, classe e nacionalidade, também influenciam a divisão do trabalho. Essas categorias se sobrepõem e atuam de forma interdependente, estruturando as relações de poder

na sociedade e afetando todas as relações sociais (Collins & Bilge, 2020). A partir dessa perspectiva, torna-se especialmente relevante compreender o trabalho sexual de mulheres cisgênero, situando-o em um cenário de múltiplas desigualdades e de estratégias de resistência que desafiam estigmas e produzem novas formas de reconhecimento social.

Para a Psicossociologia do Trabalho, o trabalho sexual feminino pode ser classificado como trabalho sujo, categoria que abrange ocupações socialmente estigmatizadas, invisibilizadas e marginalizadas (Lhuilier, 2012). O exercício dessa atividade repercute diretamente nas dimensões morais e sociais, produzindo efeitos que ultrapassam a esfera individual. Paradoxalmente, embora essa prática seja engendrada e sustentada pela própria sociedade, são os mesmos atores sociais que negam às trabalhadoras o reconhecimento e o status atribuídos a outras formas de ocupação de prestígio.

A Psicossociologia do Trabalho busca articular dimensões sociais, condutas humanas e vida psíquica. Tem como principais objetos de estudo os grupos, as organizações e as instituições, sustentando-se em uma base pluridisciplinar que integra contribuições da psicologia, da psicanálise e das ciências sociais. Seu eixo central reside na compreensão de que as atividades humanas constituem, simultaneamente, um processo de produção de si e de construção do mundo comum. Dessa maneira, o trabalho é concebido tanto como atividade quanto como instituição, possuindo funções sociais (por estar enraizado na cultura e na sociedade) e funções psíquicas, ao mobilizar investimentos, representações e valores (Lhuilier, 2014).

Ao refletir sobre o trabalho, comprehende-se que a atividade implica em um dispêndio de energia orientada a um objetivo. Embora esteja ancorado na relação entre o ser humano e a natureza, o trabalho também se configura como uma prática social, realizada com e para o outro, constituindo-se como base de interações coletivas (Lhuilier, 2013). Nessa dinâmica, o sujeito mobiliza suas capacidades, motivações e desejos, fazendo do trabalho um espaço de criação, expressão e desenvolvimento pessoal. A presença do outro desempenha papel central nesse processo, ao atuar não somente como interlocutor, mas também como agente ativo na construção da experiência laboral.

Além disso, o trabalho constitui um espaço de inserção social, possibilitando ao indivíduo o acesso a relações coletivas por meio do engajamento nas responsabilidades compartilhadas, das quais pode resultar o reconhecimento em forma de recompensas materiais e simbólicas. A atividade mobiliza competências, desejos e motivações, configurando-se também como campo de criação, expressão subjetiva e desenvolvimento pessoal (Lhuilier, 2013).

Nesse sentido, é possível compreender o trabalho sexual feminino também como um espaço de agência e resistência, na medida em que o próprio coletivo mobiliza saberes, experiências e redes coletivas, construindo formas de educação informal e protagonismo em defesa de direitos e reconhecimento da profissão. Trata-se de uma ocupação, simultaneamente, marcada por estigmas, desigualdades e precarização, mas também constitui um espaço de criação, desenvolvimento pessoal e transformação social (Caminhas, 2020). Partindo-se desse pressuposto e considerando que o trabalho sexual feminino é cercado de estigmas, torna-se crucial verificar como as publicações científicas estão contribuindo para desconstruir essas marcas ou, inversamente, para reforçá-las. Nesse sentido, realizou-se uma revisão de literatura das produções científicas em língua portuguesa, buscando responder às seguintes questões: quais são as características das pesquisas que abordam o trabalho sexual de mulheres cisgênero? E de que maneira a categoria trabalho é tratada nos estudos selecionados?

Método

Para a condução do estudo metanalítico, foram adotados os descritores “trabalho sexual”, “prostituição” e “mercado do sexo”, combinados por meio do operador booleano “OR”. A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal Periódicos CAPES, BVS Salud e LILACS. O recorte temporal abrangeu o período de janeiro de 2019 a março de 2024, sendo o levantamento dos dados efetuado em março de 2024.

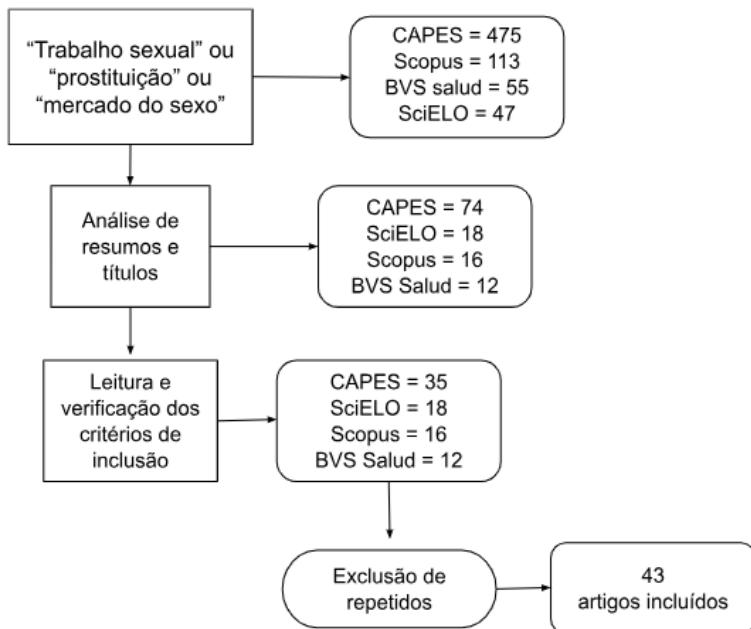
Inicialmente, a pesquisa resultou em 475 registros no Portal CAPES, 47 no SciELO, 55 na BVS Salud e 113 na Scopus. Após a análise preliminar de títulos e resumos, foram selecionados 74 artigos do Portal CAPES, 18 do SciELO, 12 da BVS Salud e 16 da Scopus. Na etapa seguinte, realizou-se a leitura completa dos textos para confirmar sua elegibilidade, resultando em 35 artigos do Portal CAPES, 14 do SciELO, 12 da BVS Salud e 13 da Scopus. Destes, 31 publicações foram identificadas como duplicadas e excluídas. Ao final do processo, a amostra final do estudo compreendeu 43 artigos.

Foram adotados como critérios de inclusão: ser artigo empírico e em português, que abordassem questões relacionadas ao trabalho de mulheres cisgênero no contexto do trabalho sexual. Em razão da amplitude do tema e da quantidade de publicações localizadas, optou-se por restringir a análise a publicações que tratassem especificamente da experiência de mulheres cisgênero. Foram excluídos estudos baseados em filmes, livros ou novelas; revisões bibliográficas; artigos teóricos; pesquisas empíricas cujo tema não incidia sobre o trabalho das

participantes; dissertações e teses; publicações em idiomas diferentes do português; e investigações que analisassem o trabalho sexual em períodos históricos específicos do passado.

Figura 1

Diagrama da sequência para análise cientométrica



Para a análise cientométrica, inicialmente foram investigadas as características dos primeiros autores dos artigos, incluindo sexo, formação acadêmica e região geográfica das instituições às quais estavam vinculados. Em seguida, foram analisadas as próprias publicações, considerando o Qualis CAPES, a área mãe da revista, a frequência anual de publicações e o número de autores por artigo. Considerando as particularidades e a quantidade de estudos selecionados, optou-se por complementar a abordagem com uma metanálise qualitativa. Este método decorre de uma revisão sistemática que, diferentemente de outras formas de revisão, requer uma metodologia rigorosa, com etapas previamente definidas e técnicas padronizadas, com o objetivo de sintetizar e integrar os achados dos estudos selecionados (Lopes & Fracolli, 2008).

Na metanálise, optou-se pelo uso do software de análise textual lexicográfico IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O corpus de análise foi composto pelas seções de resultados e discussão dos artigos selecionados. Nos casos em que essas seções não estavam claramente delimitadas, adotou-se como critério a inclusão do conteúdo apresentado imediatamente após a seção de métodos. O corpus delimitado foi submetido à análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), método que possibilita uma investigação qualitativa aprofundada dos

dados. A CHD segmenta o texto e agrupa suas partes em classes específicas, evidenciando os contextos nos quais as palavras apresentam maior significância estatística e proximidade lexical (Camargo & Justo, 2013).

Resultados

Dados cientométricos

No que se refere ao perfil das pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam a temática do trabalho sexual de mulheres cisgênero, observou-se predominância feminina (76,74%), motivo pelo qual, a partir deste ponto, as autoras serão mencionadas no feminino. Entre os 43 artigos analisados, foram identificadas 40 diferentes autoras. Destaca-se, nesse conjunto, o pesquisador Pablo Luiz Santos Couto, responsável por quatro publicações como primeiro autor, representando 9,52% da amostra. Além dele, sobressaem-se as pesquisadoras Lorena Caminhas, com três artigos, e Adriely Clarindo, com dois. A expressiva presença de mulheres no campo pode estar relacionada ao fato de que as discussões sobre gênero, sexualidade e trabalho atravessam diretamente suas experiências sociais e existenciais.

Quanto à formação acadêmica das primeiras autoras, verificou-se predominância dos cursos de Psicologia (n=10) e Enfermagem (n=10), áreas compostas majoritariamente por mulheres, o que reforça os dados relativos ao sexo das pesquisadoras. Entretanto, embora a Psicologia se destaque entre as formações, e considerando que o tema analisado remete diretamente a uma categoria de trabalho, observa-se um número reduzido de estudos que abordam a questão sob a perspectiva da Psicologia do Trabalho.

Figura 2

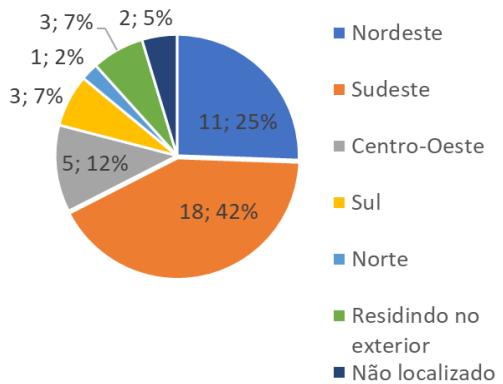
Área de formação acadêmica das(os) primeiras(os) autoras(es)



No que diz respeito à localização das instituições de vínculo das autoras, a produção científica apresentou maior concentração no Sudeste, seguido pelo Nordeste. Embora a distribuição de instituições de ensino superior no Brasil seja marcadamente desigual, com predominância do Sudeste (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2024), no caso desta revisão, a diferença entre essas duas regiões mostrou-se menos expressiva. Tal resultado pode estar associado à presença, no Nordeste, de associações de prostitutas já consolidadas, como a APROS-PB (Associação de Prostitutas da Paraíba), a APROS-BA (Associação de Prostitutas da Bahia) e a APROS-RN (Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte), que frequentemente atuam como mediadoras no contato entre pesquisadoras(es) e trabalhadoras do sexo.

Figura 3

Região das instituições às quais as(os) autoras(es) são filiadas(os)



Em relação à classificação dos periódicos segundo o Qualis CAPES (quadriênio 2017–2020), verificou-se predomínio de publicações em revistas estrato A1. Quanto à área de vinculação, sobressaiu-se a Psicologia; entretanto, a maioria das publicações analisadas evidencia caráter interdisciplinar, integrando diferentes campos do conhecimento.

Figura 4

Estratos de qualificação do Qualis-periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2017-2020)

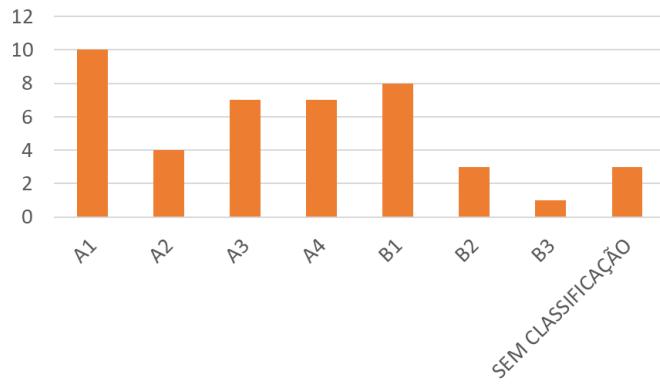
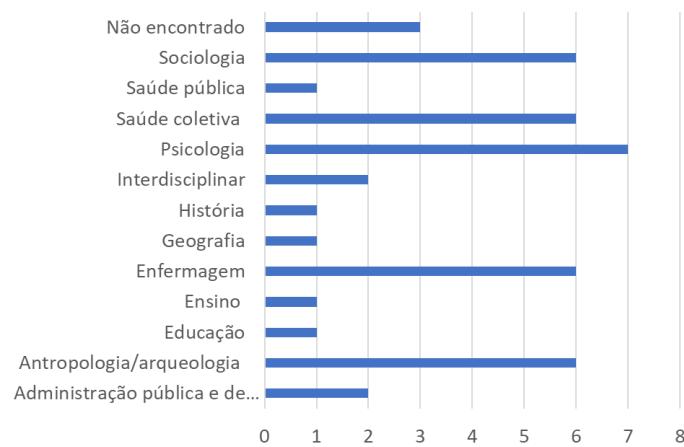
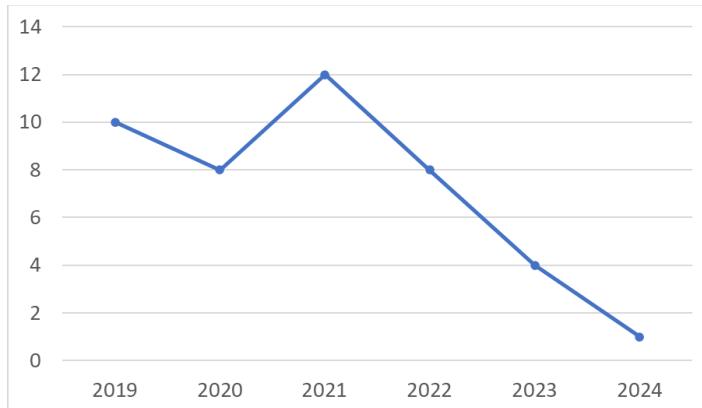


Figura 5
Área mãe dos periódicos



A Figura 6 apresenta a distribuição das publicações ao longo dos cinco anos analisados, evidenciando que 2021 concentrou o maior número de produções. A redução nos demais anos pode estar associada às dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, que restringiu a realização de pesquisas empíricas, somadas à sobrecarga vivenciada por muitas mulheres, que precisaram conciliar home office, trabalho doméstico e, em alguns casos, cuidados com os filhos(as). Essa conjuntura contribuiu para a diminuição da produtividade acadêmica feminina durante o período (Alves, Santana, Nascimento & Silva, 2022).

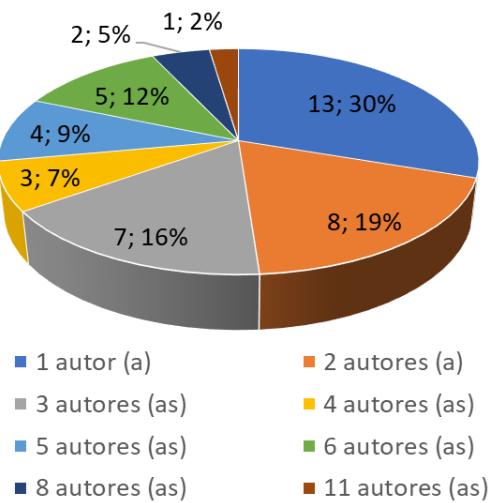
Figura 6
Distribuição de publicações ao longo dos 5 anos



Com relação à quantidade de autores(as) nos artigos, observa-se um maior percentual de publicações com apenas um(a) autor(a).

Figura 7

Quantidade de autores por artigo



Metanálise qualitativa

A análise dos estudos indicou predominância de pesquisas qualitativas, correspondendo a 83,72% (36) das publicações, enquanto os estudos quantitativos representaram 16,28% (7). Quanto aos instrumentos utilizados, 44,19% (19) recorreram a entrevistas e/ou outros instrumentos qualitativos, 39,53% (17) utilizaram exclusivamente entrevistas e 16,28% (7) aplicaram instrumentos quantitativos ou testes de ISTs. Em relação às estratégias analíticas, observou-se maior frequência de interpretação livre, presente em 53,49% (23) dos estudos; outros procedimentos incluíram análise estatística quantitativa (11,63%; 5), análise de conteúdo (9,30%; 4), interpretação livre com auxílio de software (9,30%; 4), análise temática (4,66%; 2), análise estatística quantitativa e clínica (4,66%; 2), análise de discurso (2,32%; 1), Discurso do Sujeito Coletivo (2,32%; 1) e análise interpretativa progressiva-regressiva e existencial (2,32%;

1). Esses dados revelam a diversidade metodológica empregada na investigação do tema, com forte predominância de abordagens qualitativas e flexibilidade nos procedimentos de análise.

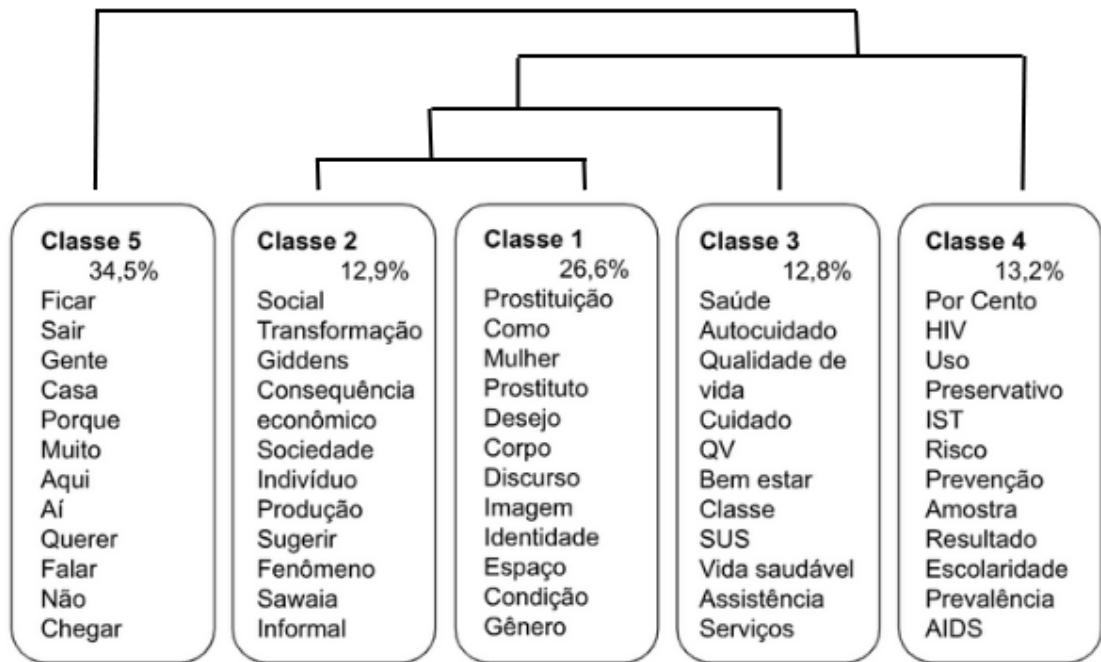
Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) constitui uma técnica de análise textual empregada para identificar padrões com o auxílio do *software* Iramuteq, cujo objetivo é encontrar regularidades e temas recorrentes em extensos conjuntos de dados textuais. Este tipo de análise gera como produto um gráfico denominado de dendrograma, responsável por agrupar palavras a partir do seu nível de proximidade lexical e de similaridade interna e entre classes distintas. Assim, quanto maior for a união representada por meio de traços de ligação, maiores são as suas interrelações de conteúdo. Na literatura, corpus que apresentam aproveitamento igual ou superior a 75% demonstram desempenho satisfatório (Camargo & Justo, 2013).

Após a organização do corpus textual, composto pelos artigos da amostra, foram obtidos 43 textos, totalizando 255 páginas, correspondentes à seção de 'Resultados e Discussão' ou, na ausência de delimitação clara desses tópicos, ao conteúdo subsequente à seção de métodos. O material contabilizou 4.152 segmentos de texto, 15.800 formas e 146.882 ocorrências. Desses segmentos, 82,32% foram agrupados em cinco classes distintas. A seguir, apresenta-se o dendrograma que ilustra a distribuição dessas classes e seus respectivos segmentos.

Figura 8

Dendrograma do corpus



Observa-se que a classe 5 concentrou o maior número de segmentos de texto (34,5%) e apresentou maior distanciamento em relação às demais classes, situando-se quase em posição oposta. As classes 1 (26,6%) e 2 (12,8%) constituíram um subcorpus com segmentos estreitamente relacionados, refletindo a proximidade temática: enquanto a classe 2 focaliza aspectos teóricos e questões sociais do trabalho, a classe 1 enfatiza especificamente o trabalho sexual. Por sua vez, as classes 4 (13,2%) e 3 (12,8%) abordam questões relacionadas à saúde, porém sob perspectivas distintas, sendo a classe 4 predominantemente composta por estudos quantitativos.

A classe 1, intitulada '*Ser mulher e trabalhadora sexual*', focaliza os aspectos relacionados à prostituição enquanto profissão e à experiência de ser mulher e prostituta. Os artigos selecionados investigam o trabalho sexual em diferentes contextos, incluindo a rua, casas de prostituição/cabarés populares e de luxo, bem como a atuação virtual. Os achados revelam que as motivações para o ingresso na prostituição são diversas, abrangendo desde mulheres em situação de rua que passaram a exercer a atividade, até aquelas que relatam ter escolhido a prostituição, dentre outras possibilidades de ocupação. Tal diversidade de experiências é ilustrada por depoimentos de entrevistadas em alguns dos artigos selecionados, como exemplificado a seguir:

Como eu te digo? Foi uma iniciativa, uma opção minha estar na prostituição. Eu entrei nessa vida pra cuidar de mim da minha saúde e, pra mim, hoje, está cem por cento, ainda que na condição desse serviço encontramos muitos problemas, como a violência (Couto et al., 2023a, p.5).

Adicionalmente, o desejo de deixar a prostituição surge em alguns relatos (Freitas, Ribeiro, Guimarães, Martins & Chinelato, 2020; Silva & Costa, 2019; Leal et al., 2019), embora não se configure como uma experiência universal entre as trabalhadoras do sexo (Figueiredo, 2021). Como destacado por Csalog (2021, p. 177):

As generalizações simplistas acarretam sempre perigos, e um deles é ver a mulher prostituta como uma vítima, sem vontades ou liberdade de escolha. Estas dimensões podem ser verdadeiras para algumas mulheres na indústria da prostituição, mas não o serão para todas.

Grande parte dessas mulheres sustenta pessoas que dependem de sua renda para sobreviver. Além da garantia da subsistência, os ganhos provenientes do trabalho sexual são utilizados para custear procedimentos estéticos (Figueiredo, 2021) e adquirir bens e serviços, representando uma oportunidade de mobilidade social (Silva & Almeida, 2019). Entretanto, apesar do retorno financeiro, a profissão permanece marcada pelo estigma e pela exclusão social, levando muitas trabalhadoras a não revelarem sua atividade. O sigilo, por sua vez, pode gerar sentimentos de isolamento e dificultar o acesso a associações de prostitutas.

A análise dessa classe evidencia que os estudos selecionados se posicionam contra a perpetuação de estigmas associados à profissão, demonstrando não haver uma experiência única compartilhada por todas as trabalhadoras do sexo, assim como ocorre em qualquer outra ocupação. As especificidades da prostituição são reveladas por meio dos depoimentos das próprias trabalhadoras, evitando-se interpretações baseadas em senso comum, reforçando o comprometimento ético das pesquisas com suas participantes. Além disso, esse tipo de investigação contribui para que as trabalhadoras reconheçam a relevância de seu trabalho, ao perceberem que há interesse legítimo em compreender suas práticas e ouvi-las diretamente sobre suas experiências.

A classe 2, intitulada '*Questões socioeconômicas e construção de saberes*', inclui segmentos como social, transformação, sociedade e econômico, indicando seu foco nas problemáticas sociais e econômicas, assim como na dimensão educacional, abrangendo tanto a formação familiar quanto o conhecimento construído pelas próprias trabalhadoras sexuais.

Adicionalmente, essa classe é caracterizada pela presença de referências a autores citados em alguns estudos, como Sawaia (1999, 2009) e Giddens (1991, 1993), evidenciando o embasamento teórico utilizado para analisar essas questões.

A educação recebida no âmbito familiar é frequentemente percebida como insuficiente para enfrentar os desafios da vida, sendo outras instituições, como a escola, bem como terceiros, apontados como relevantes nas trajetórias das trabalhadoras. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se abordam questões relacionadas à sexualidade, inclusive aspectos biológicos, como a menstruação, conforme ilustrado pelo seguinte relato contido em um das publicações selecionadas:

Tudo o que a gente descobriu sobre o corpo, a sexualidade da gente, minha mesmo, a gente descobria sozinha, porque a minha mãe nunca foi àquela mãe de chegar e explicar [...] eu menstruei na escola. Eu entrei em pânico! Para você ter uma noção, eu menstruei dentro da sala de aula. Eu gritava! Eu tinha 10 para 11 anos. Eu não sabia o que era aquilo! [...] Quem me explicou o que era aquilo foi a diretora da escola (Codognoto, 2022, p.110)

A formação para o exercício do trabalho ocorre de maneira informal, por meio da interação com colegas, em cabarés ou nas associações de trabalhadoras sexuais. A seguir, apresenta-se um exemplo ilustrativo (Matos et al., 2020, p. 101):

Quando eu vou para o quarto com o cliente, eu procuro desenvolver algumas ‘brincadeirinhas’, né: eu peço para tocar o pênis como uma forma de carinho. Eu vou passando a mão como se estivesse fazendo um mimo, tudo de forma bem discreta. Então, eu vou passando a mão nas partes íntimas do cara antes de iniciar o ato sexual. Essa estratégia quem me ensinou foi a Dandara. Ela disse que dessa forma podemos perceber se o cara tem alguma ferida, essas coisas. Diante da nossa profissão, esses ensinamentos são bem importantes, ajuda a nos proteger, e isso é repassado entre as meninas através de conversas coloquiais no momento em que estamos no camarim trocando de roupa ou quando estamos aguardando os clientes, enfim: são coisas que só se aprende no cabaré.

A classe 3, intitulada 'Interlocuções entre dinheiro, autocuidado e saúde', aborda as estratégias relacionadas à manutenção da saúde e ao autocuidado. Este último é concebido como um meio de promover qualidade de vida, englobando práticas voltadas à saúde física e emocional. Nesse contexto, o dinheiro emerge como um fator determinante, ao possibilitar o

acesso a cuidados, incluindo serviços privados de saúde, e garante o sustento das famílias, sejam elas de primeiro grau ou não. Dessa forma, a dimensão do autocuidado se articula estreitamente com o cuidado voltado ao outro, conforme exemplificado no seguinte trecho:

Às vezes a gente que é puta nem pensa em cuidar muito da gente mesma, está mais preocupada com o filho, com a família, em ganhar dinheiro para o que eles precisam. Por isso, nosso autocuidado é o alívio e a felicidade de ver quem a gente ama bem e garantir a felicidade deles (Couto, Rodrigues, Boery, Correia & Vilela, 2023b, p.296).

A religiosidade e a espiritualidade também são apontadas como elementos importantes para o bem-estar e o equilíbrio emocional (Leal et al., 2019; Couto et al., 2022a; Couto et al., 2023b). Entre os fatores que comprometem a qualidade de vida das trabalhadoras, destacam-se: o estigma associado à profissão, que limita a comunicação aberta sobre o trabalho e impacta negativamente a autoestima; a exposição ao risco de violência, variável conforme o ambiente laboral; e a distância de familiares e amigos, especialmente quando é necessário exercer a atividade em outra cidade.

A classe 4, intitulada '*Riscos e estratégias de prevenção*', é predominantemente composta por artigos de abordagem quantitativa, evidenciado pelo segmento por cento (%), frequentemente presente. Outros segmentos recorrentes incluem IST, HIV, AIDS, preservativo, risco e prevenção. Esses termos refletem tanto os riscos e agravos à saúde associados ao trabalho sexual quanto as estratégias de prevenção adotadas pelas trabalhadoras.

De modo geral, os estudos indicam que as trabalhadoras do sexo possuem conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST) e sobre as formas de prevenção, predominantemente associadas ao uso do preservativo masculino. Alguns artigos destacam o papel das unidades básicas de saúde (UBS) na promoção da educação sexual, na disponibilização de informativos sobre infecções e prevenção, bem como no fornecimento de anticoncepcionais e preservativos. Esse suporte é ilustrado pelo relato de uma entrevistada: “Aqui, os meninos do posto vêm, eles entregam camisinha, entregam anticoncepcional, é muito bom. Eles marcam os exames para a gente ir fazer; e quando a gente vai, é bem atendida” (Brito, Belém, Oliveira, Albuquerque & Quirino, 2019, p. 5).

A articulação entre as unidades básicas de saúde (UBS) e as trabalhadoras também pode ocorrer por meio das associações da categoria, as quais, em alguns casos, promovem ações educativas de forma independente (Caminhas, 2020; Kolling, Oliveira & Merchan-Hamann, 2020). Entretanto, apesar do conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis,

algumas pesquisas (Braga, Szwarcwald & Damacena, 2020; Magalhães et al., 2019; Patrício et al., 2019) apontam uso inconsistente do preservativo, frequentemente motivado pela insistência de clientes que oferecem maiores valores para relações desprotegidas. Em função de necessidades financeiras, algumas trabalhadoras podem consentir. Além disso, a não utilização do preservativo também é relatada em relações com clientes regulares, em situações de indisponibilidade do material no momento do programa, e em casos nos quais é utilizado com clientes, mas não com cônjuges, configurando igualmente risco à saúde.

Entre as trabalhadoras vinculadas a casas de prostituição, encontram-se relatos presentes nas publicações de iniciativas voltadas ao incentivo do uso de preservativos e à realização de testes para infecções sexualmente transmissíveis, conforme evidenciado no seguinte trecho:

Assim como pude observar nas Casas onde pesquisei, existe uma limpeza quase obsessiva dos corpos nos vestiários femininos, além de inúmeros outros procedimentos regulamentados pelo próprio estabelecimento como testes ginecológicos semanais obrigatórios para as garotas de programa e exames de sangue mensais para detecção de HIV e outras infecções (Lopes, 2021, p.9).

As trabalhadoras do sexo se beneficiam das políticas públicas voltadas ao atendimento integral da saúde da mulher, que incluem consultas ginecológicas, acompanhamento pré-natal, vacinação e outros cuidados disponíveis nas unidades básicas de saúde (UBS). Além disso, têm acesso às políticas de prevenção e tratamento de IST/AIDS, que oferecem preservativos gratuitos, informações educativas, testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis, bem como acesso à profilaxia pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) ao HIV. É importante destacar que esses serviços são disponibilizados à população em geral, não sendo exclusivos para trabalhadoras sexuais.

A classe 5, denominada '*Impactos da prostituição nas relações sociais*', aborda as repercussões do trabalho sexual nas dinâmicas familiares e sociais, destacando diversas ocorrências do termo casa. Os segmentos “ficar” e “sair” referem-se, em alguns contextos, à permanência ou saída do trabalho. O conceito de casa inclui tanto as residências próprias ou familiares, quanto locais onde exerceram outras ocupações, como o trabalho doméstico, e as casas de prostituição. A residência familiar, por vezes, é mencionada como um espaço do qual se desejava sair. As casas de prostituição, por sua vez, são descritas como ambientes regulamentados, e, embora os estabelecimentos mais luxuosos ofereçam benefícios como refeições, Clarindo, Zamboni e Martins (2021) evidenciam que os quartos podem ser pequenos,

superlotados e nem sempre adequadamente higienizados. Além disso, por se tratarem de espaços pagos, a ausência de clientes pode gerar dívidas junto aos proprietários.

A existência de regras também é identificada nesse trecho presente em Matos et al. (2020, p.104):

Destacamos que a casa de prostituição dispõe de um regimento... O conjunto de normas e condutas visa assegurar a integridade física das dançarinhas profissionais do sexo, entre outras coisas, por exemplo: caso ocorra conflito, seja de cunho verbal ou físico, entre as artistas do sexo, essas receberão advertências e punições, o que pode levar a suspensões que variam de um ou mais dias, dependendo da gravidade do ocorrido.

A residência própria é frequentemente relatada como um espaço de paz e afeto, muitas vezes adquirido com a renda obtida do trabalho sexual. Na pesquisa de Sousa e Júnior (2019, p. 63), as participantes fotografaram aspectos de seu cotidiano; em uma das imagens, registra-se a mesa de jantar da casa de uma delas, acompanhada do relato que descreve o significado da cena:

Eu acho que é amor, acho ali tá tendo afeto, carinho, ali tá todo mundo reunido. O que passa nesse momento lá na minha casa é uma hora mais importante que eu tô vendo todo mundo tá alimentando, se um tá alimentando bem, se não tá. Entendeu? Eu acho que tem afeto, amor ali, sentimento tudo de bom que tem ali.

Adicionalmente, a residência própria pode servir também como local de trabalho, como ocorre com as *camgirls* que realizam atividades sexuais via webcam em plataformas digitais. Nessas situações, as trabalhadoras destacam a possibilidade de atuar em casa como um dos aspectos positivos do trabalho sexual online (Caminhas, 2023).

As relações familiares são impactadas pelo temor das trabalhadoras de que seus filhos(as) descubram sua atividade profissional. Além disso, muitas precisam se deslocar para outras cidades para exercer o trabalho, o que aumenta a distância em relação aos filhos(as), gerando sofrimento emocional (Brito et al., 2019). O receio de revelação está diretamente relacionado ao preconceito e à discriminação social enfrentados por essas mulheres, mesmo quando a prostituição constitui um meio de sustento e de garantia da qualidade de vida de suas famílias.

Discussão

Os dados cientométricos forneceram um panorama das publicações sobre o trabalho sexual de mulheres no Brasil. A maior parte desses estudos foi produzida por autoras residentes nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, possivelmente refletindo a influência das questões de gênero na escolha do tema. Esse padrão também pode estar associado à decisão de investigar experiências de trabalho em contextos marcados por desigualdade social, historicamente presentes no imaginário coletivo.

Os resultados da metanálise qualitativa indicam que a comunidade científica tem valorizado aspectos subjetivos e não quantificáveis do trabalho sexual, em contraste com a abordagem predominante de dados numéricos. Contudo, considerando a natureza informal dessa categoria laboral, é relevante dispor de informações quantificáveis e abrangentes sobre a população, incluindo dados sociodemográficos relativos a gênero, raça, escolaridade e local de atuação (rua, cabarés, agendamento online, entre outros). Esses elementos são fundamentais para compreender o funcionamento do trabalho sexual no Brasil e o perfil das trabalhadoras. De modo geral, os achados cientométricos e da metanálise qualitativa também ressaltam a relevância da produção acadêmica realizada por mulheres.

A análise lexicográfica por meio da CHD evidenciou que os estudos selecionados abordam o trabalho sexual enfatizando seus aspectos sociais e econômicos. Embora a temática racial não tenha se destacado como termo recorrente nas classes, ela emerge em alguns artigos: Figueiredo (2021) observa que mulheres loiras e brancas recebem remuneração superior à de mulheres negras e pardas, mesmo realizando o mesmo serviço; Lopes (2021), por sua vez, interpreta a expressão “prostituição de luxo” como indicativa de um processo de branqueamento da profissional do sexo.

O estudo de Braga, Szwarcwald e Damacena (2020), envolvendo 4.328 trabalhadoras sexuais em 12 municípios brasileiros, revelou que 78,3% da amostra era composta por mulheres não brancas. Os dados acima condizem com as pesquisas de Miller-young (2010) que analisou a indústria pornográfica, identificando que as mulheres negras são colocadas em papéis inferiores, com mais cenas violentas e recebendo remuneração menor comparado às atrizes brancas, mesmo realizando as mesmas cenas. O estudo de Ramalho (2025) mostra que as relações de classe e raça se imbricam também no trabalho sexual online já que o algoritmo reforça o racismo ao dificultar o acesso dos perfis de trabalhadoras negras e ao não punir os clientes racistas.

Outro fator observado que não esteve presente na CHD foi a idade, identificou-se que mulheres mais jovens tendem a receber remuneração superior (Figueiredo, 2021; Santos et al.,

2019; Caude, 2022). Essa dinâmica não se restringe ao trabalho sexual: segundo Cepellos (2021), mulheres sofrem discriminação etária mesmo antes de alcançarem a terceira idade. Embora haja quantitativamente mais mulheres idosas do que homens na mesma faixa etária, o processo de envelhecimento continua permeado pelos marcadores de gênero, raça e classe.

Os marcadores de raça, classe, gênero e idade se imbricam na produção de desigualdades materiais, como nos salários e na visibilidade e nas desigualdades simbólicas, como no valor social do trabalho. Dessa forma, é imprescindível que as pesquisas busquem apreender como os marcadores sociais se articulam e atravessam o mercado do sexo em diferentes contextos.

Percebe-se que ainda persiste a noção de superioridade masculina, que se sustenta em uma lógica patriarcal utilizada para justificar abusos e opressões contra mulheres. Nos artigos selecionados, essa dinâmica é evidenciada em diferentes contextos, tanto no período pré quanto pós-exercício do trabalho sexual. Exemplos incluem a frustração de um pai por não ter filhos homens (Codognoto, 2022), casos de violência sexual (Couto et al., 2023a), a recusa de um delegado em registrar um boletim de ocorrência sob o argumento de que 'achava era pouco' devido à profissão da entrevistada (Csalog, 2021), a negativa de um taxista em realizar uma corrida (Paiva, Pereira, Guimarães, Barbosa & Sousa, 2019), dificuldades relatadas por uma pesquisadora em acessar trabalhadoras sem a autorização do cafetão (Brum, Cúnico & Giongo, 2023) e obstáculos para estabelecer relacionamentos afetivos duradouros, em razão da dicotomia entre 'mulher para casar' e 'mulher da rua' (Lira, 2021). Esses exemplos representam apenas uma fração das manifestações do patriarcado identificadas nos estudos.

Pode-se afirmar que existe uma escala de desejabilidade moral e psicológica das profissões, a qual determina quais ocupações são consideradas dignas de prestígio, quais proporcionam prazer e quais são socialmente condenáveis (Lhuilier, 2014). A questão do estigma permeia a maioria dos estudos; a percepção social sobre o trabalho sexual é marcada por preconceito e discriminação. Como reflexo, ainda que não exclusivamente por esse motivo, algumas mulheres internalizam esse estigma, considerando a atividade como indigna, associando o dinheiro proveniente a algo impuro e sentindo vergonha da profissão (Góes, 2020). Consequentemente, algumas trabalhadoras optam por ocultar sua ocupação e se desvincular de elementos que remetam ao trabalho sexual, dificultando a criação e o fortalecimento de vínculos entre colegas de trabalho.

O sentido do trabalho não é algo previamente determinado, mas construído a partir da interação entre desejos inconscientes e validações sociais, sendo compreendido como "produções sociais ancoradas na divisão técnica e social do trabalho" (Lhuilier, 2014, p. 15).

Em ocupações consideradas socialmente 'sujas', essa construção assume características particulares, uma vez que a valorização social é frequentemente ausente na prática. Nesse contexto, o significado do trabalho é reelaborado em coletivos e associações de trabalhadores, onde ocorre uma troca de validação baseada nas experiências e realidades concretas de cada indivíduo (Lhuilier, 2009).

Para a psicossociologia do trabalho (Lhuilier, 2014), o valor conferido a uma atividade não se reduz à satisfação de desejos individuais ou à reprodução de modelos profissionais genéricos. Ele está relacionado às controvérsias axiológicas que permeiam a divisão técnica, social, moral e psicológica do trabalho. Essas tensões situam o ser humano na sociedade e contribuem para a construção de um trabalho cultural, passível de interpretação a partir das práticas cotidianas. Tais atividades auxiliam na mitigação do sofrimento ontológico, inerente à finitude da existência e às limitações impostas pelo contexto. No âmbito laboral, os indivíduos são estimulados a transformar a realidade, em vez de apenas se adaptarem a ela, e a interagir com os demais, promovendo estratégias coletivas de resistência e enfrentamento das adversidades.

A atuação das associações de trabalhadoras sexuais contribui para o fortalecimento do reconhecimento e da identidade profissional, ao combater a discriminação e promover a regulamentação da atividade. A regulação do trabalho sexual envolve três dimensões de reconhecimento: a transformação do *status* social da prostituta, favorecendo maior participação política; a valorização do trabalho e das pessoas envolvidas; e a denúncia das condições precárias do exercício da profissão. O objetivo é inserir as trabalhadoras no espaço social de forma reconhecida e respeitada, sem que sintam vergonha de sua atividade (Caminhas, 2020). Apesar das adversidades, parte das participantes dos estudos analisados demonstra autorreconhecimento quanto profissionais do sexo, apresentando autoestima fortalecida para enfrentar os desafios do cotidiano. Nesse sentido, uma entrevistada relatou: “E eu gosto! Descobri que sou boa nisso!” (Lira, 2021, p. 62).

No que tange à saúde, observa-se que a maior parte das pesquisas se concentra em infecções sexualmente transmissíveis, embora existam estudos abordando qualidade de vida e práticas de autocuidado, são frequentemente associadas à saúde ginecológica. Ressalta-se que o movimento organizado de trabalhadoras sexuais desempenhou papel significativo na formulação de políticas de prevenção à AIDS, em parceria com o Ministério da Saúde. Essa mobilização iniciou-se localmente e, posteriormente, expandiu-se nacionalmente por meio da articulação com lideranças regionais, resultando na criação de novas associações em diferentes estados do Brasil (Guerra, 2019).

A partir dessa parceria, foi desenvolvida a campanha “Sem vergonha garota, você tem profissão” (Brasil, 2002), que inclui uma cartilha destinada às profissionais do sexo, um manual para profissionais de saúde, adesivos e um spot radiofônico. Apesar da existência de movimentos e materiais voltados à disseminação de informações e à redução do preconceito, os achados desta revisão indicam que a discriminação permanece presente no cotidiano das trabalhadoras. O temor de ser alvo desse estigma pode limitar o acesso a cuidados diversos. Tal receio é fundamentado, uma vez que as profissionais ainda se deparam com situações em que o trabalho sexual é considerado a causa de sintomas, sendo oferecida a mudança de ocupação como suposta solução ou cura.

Considerações finais

Com base nos resultados desta revisão, integrando análises cientométricas e metanálise, observou-se predominância de mulheres como primeiras autoras dos artigos. As pesquisadoras concentram-se majoritariamente nas áreas de saúde e ciências humanas, e a maioria dos estudos adota metodologia qualitativa. Apesar do número expressivo de profissionais graduados em psicologia, poucos trabalhos abordaram o trabalho sexual a partir da perspectiva das clínicas do trabalho.

A maior parte dos artigos adota uma abordagem aberta à compreensão das complexidades inerentes ao trabalho sexual, refletida na escolha predominante da metodologia qualitativa, que possibilita ouvir e, em certos casos, observar a atividade sob a perspectiva das próprias profissionais. Dessa forma, a postura das pesquisadoras se opõe à perpetuação de estigmas e preconceitos, evidenciando que existem múltiplas realidades dentro dessa ocupação, assim como ocorre em qualquer outro campo de trabalho.

As limitações desta revisão concentram-se na delimitação temporal das publicações aos últimos cinco anos e na inclusão exclusiva de estudos sobre trabalhadoras cisgênero. A justificativa para essa segunda escolha fundamenta-se no entendimento de que o trabalho sexual apresenta especificidades distintas entre diferentes expressões de gênero, as quais, em um estudo de revisão, seriam mais adequadamente analisadas separadamente.

Embora algumas pesquisas tenham abordado a saúde dessas trabalhadoras, recomenda-se a realização de investigações adicionais no campo da psicologia, que explorem especificamente a saúde mental e sua relação com as dimensões intrínsecas ao trabalho sexual. Em uma sociedade que frequentemente valoriza apenas os adoecimentos físicos, é fundamental

reconhecer que não é possível dissociar o corpo da mente, uma vez que demandas e adversidades da vida impactam o indivíduo integralmente.

Referências

- Braga, L. P., Szwarcwald, C. L., Damacena, G. N. (2020). Caracterização de mulheres trabalhadoras do sexo em capitais brasileiras, 2016. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, 29(4), 1-13. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000400002>
- Brasil, Ministério da Saúde. (2002). Campanha Profissionais do Sexo: Sem vergonha, garota. Você tem profissão. [Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. https://antigo.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-profissionais-do-sexo-sem-vergonha-garota-voce-tem-profissao-2002](https://antigo.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-profissionais-do-sexo-sem-vergonha-garota-voce-tem-profissao-2002)
- Brasil, Ministério do Trabalho. (2015). Código Brasileiro de Ocupações n° 5198-05 (Profissionais do sexo). <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5198-profissionais-do-sexo>
- Brito, N. S., Belém, J. M., Oliveira, T. M., Albuquerque, G. A., & Quirino, G. S. (2019). Cotidiano de trabalho e acesso aos serviços de saúde de mulheres profissionais do sexo. *Rev Rene*. 20, 1-8. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20192033841>
- Brum, J. B., Cúnico, S. D., & Giango, C. R. (2023). Vozes e algozes: ressonâncias e afetações no processo de pesquisa com prostitutas na perspectiva epistemológica feminista. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 13(2), 77-99. <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/921>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
- Caminhas, L. (2020). A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça. *revista brasileira de ciências sociais*, 35(103), 1-18. <https://doi.org/10.1590/3510310/2020>
- Caminhas, L. (2023). Os mercados erótico-sexuais em plataformas digitais: o caso brasileiro. *Revista brasileira de ciências sociais*. 38(111), 1-18. <https://doi.org/10.1590/3811027/2023>
- Caude, J. (2022). Análise do trabalho de sexo (prostituição) praticado pelas mulheres na cidade municipal de lichinga e sua relação com HIV-SIDA. *Estudos de Sociologia*, 01(28), 38-70. <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2022.255831>
- Cepellos, V. (2021). Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. *RAE*, 61(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>
- Clarindo, A., Zamboni, J., Martins, M. (2021). Entre fantasmas da puta e a regulamentação da prostituição: modos de vida e trabalhadoras sexuais. *Peridicus*, 16(3), 01-22. <https://doi.org/10.9771/peri.v3i16.35728>

- Codognoto, L. (2022). Cartografias Existenciais de Mulheres na Prostituição. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, 14 (29), 102-119. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v14i29.14054>
- Collins, P., Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Couto, P. L., Ferreira, L. C., Gomes, A. M., Oliveira, D. C., Pereira, S. S., Vilela, A. B., Porcino, C., & Nogueira, V. P. (2022). Sentidos da qualidade de vida para trabalhadoras sexuais: estrutura das representações sociais. *Acta Paul Enferm.*, 35, 1-8. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO009866>
- Couto, P. L. S., Neves, M. L. P., França, L. C. M., Gomes A. M. T., Pereira, S. S. C., Vilela, A. B. A., Silva, D. O., & Marques, S. C. (2023a) Qualidade vida na perspectiva de mulheres no exercício do trabalho sexual: estudo de representações sociais. *Rev Bras Enferm*, 76 (2), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0169pt>
- Couto, P. L., Rodrigues, V. P., Boery, R. N., Correia, A. T., & Vilela, A. B. (2023b). Autocuidado na perspectiva de trabalhadoras sexuais para prevenção e enfrentamento à pandemia do SARS-CoV-2. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(1), 291-301. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.10192022>
- Csalog, R. A. (2021). Mulheres (in)visíveis: prostituição, trabalho e migrações nas ruas de Lisboa. *E-cadernos CES* [Online], 35, 163-181. <https://doi.org/10.4000/eces.6394>
- Figueiredo, A. C. P. (2021). Sexo é só para quem pode pagar: um diálogo com o cotidiano da prostituição no pará. *Nova revista amazônica*, 9(02), 105-121. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i2.10673>
- Freitas, M. E., Ribeiro, L. S., Guimarães. S. S., Martins, L. F., & Chinelato, R. (2020). Fatores biopsicossociais na história de vida de mulheres profissionais do sexo. *Psicologia em pesquisa*, 14 (2), 152-178. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.27385>
- Giddens, A. (1991). As consequências da modernidade. Ed. UNESP.
- Giddens, A. (1993) A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Ed. UNESP.
- Goés, J. (2021). O que promove a participação política? um estudo de caso com as prostitutas da rua guaicurus. *Política & Sociedade*, 20 (47), 211-243. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.e65120>
- Guerra, C. B. (2019). “*Mulher da Vida, É Preciso Falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Hirata, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, 24(1), 15-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>

- Kolling, A. F., Oliveira, S. B., & Merchan-Hamann, E. (2021). Fatores associados ao conhecimento e utilização de estratégias de prevenção do HIV entre mulheres trabalhadoras do sexo em 12 cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(8), 3053-3064., <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.17502020>
- Leal, C. B. M., Porto, A.O., Ribeiro, M.S., Oliveira, K. N., Souza, D. A., & Rios, M. A. (2019). Aspectos associados à qualidade de vida das profissionais do sexo. *Rev enferm UFPE online.*, 13(3), 560-568, <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i3a236608p560-568-2019>
- Lhuilier, D. (2012). A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. *Trabalho & Educação*, 21(1), 13–38.
- Lhuilier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>
- Lhuilier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, 17(1), 5-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispel1p5-19>
- Lira, K. (2021). Gênero, sexualidade e regionalidade: Problematizando o trabalho sexual no sertão nordestino. *Teoria e cultura*, 16(1). <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.30220>
- Lopes, A. L. M., & Fracolli, L. A. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 771-778. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400020>
- Lopes, N. (2021). Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. *Rev. antropol.*, 64(3), 1-20. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189656>
- Magalhães, R.L., Sousa, L.R., Gir, E., Galvão, M.T., Oliveira, V.M., & Reis, R.K. (2019). Fatores associados ao uso inconsistente do preservativo entre trabalhadoras do sexo. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 27, 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2951.3226>
- Matos, C. S., Vasconcelos, J. G., & Sucupira, T. G. (2020). Educação informal, práticas educativas e prostituição. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 16(6), 95-110. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1609>
- Miller-Young, M. (2010). Putting Hypersexuality to Work: Black Women and Illicit Eroticism in Pornography. *Sexualities*, 13(2), 219-235. <https://doi.org/10.1177/1363460709359229>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2024). *Política de propriedade intelectual das instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil: relatório FORMICT ano-base 2020*.
- Paiva, K. C., Pereira, J. R., Guimarães, L. R., Barbosa, J. K., & Sousa, C. V. (2020). Mulheres de vida fácil? tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. *RAE*, 60 (3), 208-221. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200304>

- Patrício, A.C., Bezerra, V.P., Nogueira, J.A., Moreira, M.A., Camargo, B.V., & Santos J. S. (2019). Conhecimento de profissionais do sexo sobre HIV/Aids e influência nas práticas sexuais. *Rev Bras Enferm*, 72(5), 1311-7. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0590>.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. São Paulo: Veneta.
- Ramalho, N. (2025). Camgirls: Afetos, raça e classe [Dissertação: Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Unicamp. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/33761>
- Santos, O. P., Ramalho, R. C., Oliveira, C. F., Lima, R.C., Arantes, A. A., & Filho, I. M. (2019). Perfil sociodemográfico e avaliação do conhecimento das profissionais do sexo acerca das ist's em um município na região metropolitana de goiânia - GO. *Rev Inic Cient Ext.*, 2(2), 81-8.
- Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>
- Silva, F. P. A., & Costa, L. A. F. (2019). A batalha: construção de saberes de mulheres que exercem a prostituição em salvador-bahia. R. Inter. Interdisc. *INTERthesis*, 16(3), 114-133. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n3p114>
- Silva, G. P., & Almeida, L. P. (2019). Mulheres Donas de Seus Destinos: a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo. *TraHs*, 6, 80-96. <https://doi.org/10.25965/trahs.1866>
- Sousa, R. P., & Junior, G. A. (2019) Observando o cotidiano de mulheres prostitutas num contexto urbano relacionado a vida social. *Rev. Psicol Saúde e Debate*, 5(2), 52-67. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N2A4>

Informações sobre os autores

Ayza Luzia Vieira Lins

Endereço institucional: UFPB Campus I, Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900.
E-mail: ayza_lins@hotmail.com

Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

E-mail: thaisaugusta@gmail.com

Tatiana de Lucena Torres

E-mail: tltorres2@gmail.com

Contribuição das Autoras	
Autora 1	Escrita – primeira redação e software
Autora 2	Revisão e supervisão
Autora 3	Revisão